



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**O conselho escolar como instrumento de gestão democrática**

**Myriam Cibele de Castro**

**BELO HORIZONTE, 2013  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**O CONSELHO ESCOLAR COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO  
DEMOCRÁTICA**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós-Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Wilma Aparecida Soares Luna do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE, 2013  
RESUMO**

O presente trabalho refere-se a uma análise crítica do Projeto Político Pedagógico – PPP da Escola Municipal Lucinda Fernandes Madeira, município de Ipatinga (MG). Esta análise apontou para a importância de realçar o tópico Processos de Decisão e, mais especificamente, o Conselho Escolar, considerando relevante a sua compreensão e efetivação na realidade da referida escola. Dessa forma, buscou-se pressupostos teóricos que norteiem a prática pedagógica baseada na gestão democrática, articulando a participação da comunidade nos processos decisórios. O trabalho contém ainda o projeto político pedagógico na íntegra, abordando a finalidade da escola, sua estrutura organizacional, currículo, tempos e espaços escolares, tomadas de decisões, avaliação e relações de trabalho. Os objetivos do presente trabalho foram refletir sobre as principais questões relacionadas aos conselhos escolares como instrumentos de gestão democrática; apresentar uma conceituação sobre esses conselhos; discutir pontos relevantes da legislação que trata dos conselhos escolares; conceituar gestão democrática e sua interlocução com os conselhos; e relacionar os pressupostos teóricos apresentados com a prática na Escola Municipal Lucinda Fernandes Madeira. A realização deste trabalho permitiu verificar que há na literatura arcabouço teórico e metodológico capaz de nortear as práticas de gestão democrática nas escolas públicas, inclusive no que se refere à efetivação dos Conselhos Escolares e que a prática deve ser baseada também na realidade da escola onde se pretende executar o trabalho, haja vista as peculiaridades de território e de demandas da comunidade local.

**Palavras-chave:** Conselho escolar, participação, gestão democrática, comunidade, escola.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	7
1. O CONSELHO ESCOLAR COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	9
1.1 Conselho Escolar e Gestão Democrática.....	9
1.2 O Conselho Escolar na Escola Municipal Lucinda Fernandes Madeira .....	12
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	14
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	16
ANEXO: Projeto Político Pedagógico.....	18

## INTRODUÇÃO

Em meio ao cenário globalizado atual, em especial a realidade pós-ditatorial de diversos países, em que democracia, participação, autonomia e protagonismo têm hoje lugar de destaque, a Educação tem buscado a articulação desses conceitos junto às práticas de gestão nas escolas públicas.

Dentre as lutas de ampliação dos espaços de participação política, os educadores têm desempenhado relevante papel no que diz respeito à democratização das políticas públicas de educação (AGUIAR, 2008).

Em meio a essas lutas, discursos e propostas de políticas educacionais com a ideia de envolvimento da comunidade na escola, aos poucos começaram a assumir relevância crescente, e consolidou-se a compreensão de que a educação é uma área de co-responsabilidade entre governo e sociedade civil (GHANEM, 1996).

Dessa forma, ao propor uma participação efetiva da comunidade e de todas as esferas interessadas nas questões relacionadas à educação em seus contextos, os conselhos escolares estão sendo vistos como oportunidade de democratização da escola pública, possibilitando a descentralização do poder, que do Estado passa à comunidade.

Essa descentralização abre caminhos para a participação no sentido de democratizar os interesses relacionados à comunidade escolar, o que se reflete em melhorias na educação, que passa a ser vista e conduzida em consonância com a realidade local.

Neste sentido, tendo em vista as especificidades locais da comunidade na qual a Escola Municipal Lucinda Fernandes Madeira está inserida, torna-se oportuno refletir sobre a importância do conselho escolar para a gestão democrática e participativa que vise à educação voltada para o seu público-alvo, seus alunos, suas famílias, seus interesses, suas demandas, suas dificuldades e suas potencialidades.

O presente trabalho tem como objetivo geral refletir sobre as principais questões relacionadas aos conselhos escolares como instrumentos de gestão democrática. Os objetivos específicos são apresentar uma conceituação sobre esses conselhos; discutir pontos relevantes da legislação que trata dos conselhos

escolares; conceituar gestão democrática e sua interlocução com os conselhos; e relacionar os pressupostos teóricos apresentados com a prática na Escola Municipal Lucinda Fernandes Madeira, objeto de estudo deste trabalho.

Valendo-se de produções bibliográficas que tratam do assunto em questão, o presente trabalho busca os pressupostos teóricos que apontam para a relevância dos conselhos escolares como instrumentos de uma gestão democrática nas escolas públicas, e realiza uma contextualização com a realidade da escola que é objeto de estudo deste trabalho.

Espera-se que, ao final deste trabalho, seja possível nortear teórica e metodologicamente as ações de gestão relacionadas ao conselho escolar na escola em questão, com vistas a melhorar a qualidade da educação oferecida à comunidade, atendendo às demandas locais.

# 1. O CONSELHO ESCOLAR COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

## 1.1 Conselho Escolar e Gestão Democrática

O conceito de gestão democrática no contexto das escolas públicas, abordado neste trabalho, emergiu após o período ditatorial, com a Constituição da República Federativa do Brasil – CF (1988), que institui a gestão democrática da educação como um de seus princípios.

Em consonância com a CF, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (9394/1996) estabelece as normas da gestão democrática nas escolas públicas e define a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola, bem como a participação da comunidade escolar e local por meio de conselhos escolares.

O Ministério da Educação – MEC possui algumas iniciativas que visem ao fortalecimento da gestão democrática nas escolas, enfatizando o papel dos conselhos escolares, dentre elas, o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, com diretrizes que apontam para a efetivação das políticas de participação democrática nas escolas públicas (BRASIL, 2004).

É possível verificar que há na legislação atual uma forte tendência para a efetivação de ações que visem à gestão democrática e participativa no contexto educacional, sendo defendida desde a Constituição Federal e encontrando suporte em políticas públicas educacionais voltadas à implementação de práticas que contemplem a participação da comunidade nos processos educacionais, daí a importância de buscar uma maior compreensão acerca deste assunto.

Conceitualmente, a gestão democrática pode ser entendida como

a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola. Portanto, tendo mostrado as semelhanças e diferenças da organização do trabalho pedagógico em relação a outras instituições sociais, enfocamos os mecanismos pelos quais se pode construir e consolidar um projeto de gestão democrática na escola (OLIVEIRA; MORAES; DOURADO, 2012a p. 04).

O processo educativo é, portanto, mediado pelo contexto sociocultural, além das condições nas quais se efetiva o processo de ensino-aprendizagem, aspectos organizacionais e pela dinâmica em que se constrói o projeto político pedagógico e que se materializam os processos de gestão da educação básica (DOURADO, 2007).

Sendo assim, a discussão sobre as políticas de gestão escolar devem ser pensadas sob essas várias perspectivas, destacando os diversos atores que influenciam o processo de ensino-aprendizagem.

A gestão democrática propõe a participação da comunidade nos processos decisórios da escola. Para que essa participação seja efetiva e esteja em consonância com os princípios constitucionais e demais legislações pertinentes ao tema, é proposto que a comunidade participe por meio dos conselhos escolares, que são um dos mecanismos possíveis de democratização da gestão da escola pública.

O conselho escolar é, segundo Oliveira, Moraes e Dourado

um órgão de representação da comunidade escolar. Trata-se de uma instância colegiada que deve ser composta por representantes dos segmentos da comunidade escolar e constitui-se num espaço de discussão de caráter consultivo e/ou deliberativo (2012b, p. 12).

Para esses autores, o conselho escolar deve ser parte de uma estrutura coerente de construção democrática e é importante que não seja o único meio de participação da comunidade, mas apenas um dentre outros que representem os diversos envolvidos no processo educacional.

Nesta perspectiva, Taborda (2009) afirma que os conselhos escolares não devem ser mecanismos isolados de participação democrática, haja vista que a democracia é um processo de construção, e é importante que toda a escola seja estruturada de modo a agir em prol dos processos democráticos e participativos.

Sem essa conscientização sobre a construção da democracia no espaço escolar, os conselhos escolares tornar-se-ão meros agentes fiscalizadores, sem provocarem alterações mais profundas no modo de ser político e pedagógico da escola e sem, portanto, contribuir de forma efetiva na transformação do processo educacional.



Costa (2001) menciona que os conselhos escolares são uma possibilidade de desconcentração do poder das mãos de quem, hierarquicamente, conduz o processo decisório nas escolas públicas.

A possibilidade de participação democrática faz emergir o poder daqueles que estão envolvidos em todos os processos educacionais e que, portanto, têm direitos e necessidades que precisam ser garantidos.

Em consonância com este ponto de vista, Fernandes e Ramos reiteram que

O Conselho Escolar tem sido visto, nas últimas décadas, como um espaço de grande relevância para o processo de democratização da escola pública brasileira, na medida em que possibilitaria a partilha do poder do Estado, a participação da comunidade na escola e a organização do trabalho escolar no sentido da democratização do conhecimento e, conseqüentemente, da qualidade da educação (2010, p. 211).

Nota-se, portanto, a relevância que o conselho escolar tem diante da democratização da gestão nas escolas públicas e como sua atuação pode ser significativa para a melhoria da qualidade da educação.

Marques (2003) propõe uma relação entre o Conselho Escolar e a teoria das representações sociais, ao afirmar que, dentre as características dos referidos conselhos, destaca-se que ele é formado pelos diferentes grupos da comunidade escolar e, ao mesmo tempo, constitui-se como um grupo na escola. Para a teoria das representações sociais, um grupo é formado por manter uma determinada relação com o objeto de representação, construindo assim, suas próprias representações.

Dessa forma, os conselhos escolares são representados por diferentes atores que participam do cotidiano escolar e que, como representantes do conselho, constituem-se como um grupo diverso, cuja função é buscar a autonomia da instituição escolar da qual faz parte.

Os conselhos escolares são, portanto, órgãos colegiados que representam os interesses dos diversos envolvidos no processo educacional.

Neste sentido, Conti e Luiz apontam que

Com a complexidade e o crescimento da sociedade moderna, a democracia, antes exercida pela ação direta das pessoas, adquiriu um caráter representativo. Os indivíduos passaram a se reunir em grupos, de acordo com suas afinidades, interesses particulares, religião, profissão etc. Os colegiados nascem sob a égide da democracia participativa, como é o caso do conselho de escola (2007, p. 45).

Dessa forma, os conselhos escolares são vistos como possibilidade de efetivação da democracia nas escolas públicas, uma vez que os diversos atores envolvidos no cotidiano escolar têm seus interesses representados por um órgão definido para tal, o que demonstra a importância da representatividade das classes na luta por seus direitos.

Os conselhos escolares são, portanto, uma forma de efetivação da democracia e sua implementação deve estar em consonância com a realidade escolar na qual se deseja trabalhar sob a perspectiva da gestão democrática. Por isso torna-se relevante conhecer a dinâmica da escola em questão, aqui realizado através da construção do projeto político pedagógico.

## **1.2 O Conselho Escolar na Escola Municipal Lucinda Fernandes Madeira**

A Escola Municipal Lucinda Fernandes Madeira, através de uma gestão escolar democrática, possui um Conselho Escolar com funções consultiva e deliberativa de apoio técnico-administrativo e pedagógico, que tem como objetivo principal a democratização do Sistema de Ensino, através da participação da comunidade escolar. Este conselho, dentre outras formas de participação democrática da comunidade, contribui para a elaboração, implementação e avaliação do projeto político pedagógico da escola em questão (CASTRO; SOUZA, 2013).

De forma a contextualizar historicamente a formação do Conselho Escolar na referida escola, verifica-se que este processo iniciou-se em 23/05/1990, conforme consta na ata da 1ª Reunião do Conselho Escolar. O objetivo desta reunião seria eleger uma subcomissão para organizar a eleição dos membros do conselho.

Entretanto, a comunidade local e a Associação de Moradores, insatisfeitos com a então administração municipal, se recusaram a participar do Conselho Escolar, alegando se tratar de manobra política. O receio era de que eles fossem usados para aprovar interesses de uma minoria. Após diversas discussões, formou-se a comissão com representantes da escola, pais e da Associação de Moradores.

Sendo assim, em 23/06/1990 foram eleitos os membros do Conselho Escolar, com representantes da comunidade escolar e Associação de Moradores.

Desde então, o Conselho Escolar da escola em tela se reúne para discutir assuntos administrativos, financeiros e avaliar o Projeto Político Pedagógico da escola, acompanhando e interferindo nas ações propostas. As reuniões ocorrem sempre que verificada a necessidade.

Ressalta-se que cabe ao gestor escolar estimular a participação dos membros do Conselho Escolar nas reuniões e assembléias, de forma a buscar uma boa relação com a comunidade escolar. O que se percebe na prática, é uma falta de disponibilidade dos pais que, muitas vezes, não comparecem às reuniões por motivo de trabalho ou afazeres domésticos.

O Conselho Escolar torna-se, dessa forma, uma materialização da gestão democrática e participativa, na medida em que possibilita que os diversos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem dos alunos sejam contemplados em seus direitos e demandas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os Conselhos Escolares, em virtude de sua importância como instrumento da gestão democrática nas escolas públicas, necessitam ser compreendidos no que se refere à conceituação, legislação pertinente e possibilidades de atuação, para que seja possível provocar mudanças significativas no processo educacional, o que refletirá em melhoria da qualidade da educação.

Dessa forma, o presente trabalho buscou na literatura pressupostos teóricos que norteiam a consolidação dos conselhos escolares no Brasil e, especificamente, na Escola Municipal Lucinda Fernandes Madeira, onde este trabalho foi desenvolvido.

A construção do projeto político pedagógico apontou para a notoriedade do tema a ser abordado, enfatizando a análise à luz da teoria.

Sendo assim, foi possível notar que o conselho escolar é uma instância de democratização da participação da comunidade nos processos decisórios da escola, mas é necessário que ele esteja em consonância com uma série de outros mecanismos que também visem à participação democrática.

A mera existência e funcionamento do conselho, de forma independente de outros instrumentos democráticos, inviabiliza a efetivação da democracia, compreendida como um processo a ser construído e que englobe a totalidade da escola.

Tendo em vista que a gestão da escola onde este trabalho foi realizado baseia-se nas diretrizes da gestão democrática, considera-se que seja um importante fator de efetivação da participação da comunidade no processo educacional da escola.

Os objetivos propostos na realização deste trabalho foram contemplados, haja vista que foi possível apresentar reflexões sobre as principais questões relacionadas aos conselhos escolares como instrumentos de gestão democrática, bem como conceituar conselhos escolares, apresentar pontos relevantes da legislação pertinente ao tema, promover uma interlocução entre conselhos escolares e gestão democrática e relacionar esses pressupostos teóricos à prática vivenciada na Escola Municipal Lucinda Fernandes Madeira.

Dessa forma, foi possível concluir que a literatura disponível apresenta-se como importante arcabouço teórico e metodológico através do qual é possível nortear as práticas de gestão democrática a partir da efetivação dos conselhos escolares e levando-se em consideração também a realidade escolar onde se pretende executar o trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, M. A. S. Gestão da educação básica e o fortalecimento dos conselhos escolares. **Educar**. Curitiba. n. 31, p. 129-144, 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a09.pdf>>. Acesso em 27 mai 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. São Paulo: Saraiva, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em 28 mai 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e da Cultura. Secretaria de Educação Básica. **Conselhos escolares**: uma estratégia de gestão democrática da escola pública. Brasília, 2004. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce\\_gen.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_gen.pdf)>. Acesso em 27 mai 2013.

CONTI, C.; LUIZ, M. C. Políticas públicas e gestão democrática: o funcionamento do conselho escolar no sistema municipal de ensino. **Educação: Teoria e Prática**. v. 17, n. 29, p. 33-50, jul-dez. 2007. Disponível em <[http://www.ceeja.ufscar.br/conselho\\_celso\\_cecilia](http://www.ceeja.ufscar.br/conselho_celso_cecilia)>. Acesso em 27 mai 2013.

COSTA, D. M. **Tempos de democracia e participação**: o conselho escolar como possibilidade de desconcentração do poder. Educação UNISINOS/Centro de Ciências Humanas, São Leopoldo, Universidade Vale do Rio dos Sinos, v. 8, n. 15, 2001. Disponível em <[http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2004/Painel/Painel/07\\_56\\_32\\_TEMPOS\\_DE\\_DEMOCRACIA\\_E\\_PARTICIPACAO\\_O\\_CONSELHO\\_ESCOLAR\\_COMO\\_.pdf](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2004/Painel/Painel/07_56_32_TEMPOS_DE_DEMOCRACIA_E_PARTICIPACAO_O_CONSELHO_ESCOLAR_COMO_.pdf)>. Acesso em 27 mai 2013.

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educ. Soc**. Campinas, v. 28, n. 100, especial, p. 921-946, out, 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1428100.pdf>>. Acesso em 27 mai 2013.

FERNANDES, M. C. S. G.; RAMOS, G. P. Conselho escolar, participação e qualidade da educação no âmbito da gestão democrática. **Revista Eletrônica de Educação**. v. 4, n. 2, nov, 2010. Disponível em < <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/177/103>>. Acesso em 27 mai 2013.

GHANEM, E. Participação popular na gestão escolar: três casos de políticas de democratização. **Revista Brasileira de Educação**. n. 3, p. 31-63, set-dez, 1996. Disponível em < <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n03/n03a04.pdf>>. Acesso em 27 mai 2013.

IPATINGA. **Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Lucinda Fernandes Madeira**, Ipatinga: 2013.

MARQUES, L. R. O projeto político pedagógico e a construção da autonomia e da democracia na escola nas representações sociais dos conselheiros. **Educ. Soc.** Campinas, vol. 24, n. 83, p. 577-597, 2003.

OLIVEIRA, J. F.; MORAES, K. N.; DOURADO, L. F. **Conselho escolar e autonomia**: participação e democratização da gestão administrativa, pedagógica e financeira da educação e da escola. Escola de gestores da educação básica. UFG. 2012a. Disponível em < <http://www.letraviva.net/arquivos/2012/anexo-4-Conselho-escolar-e-autonomia-participacao-e-democratizacao-da-gestao-administrativa.pdf>>. Acesso em 27 mai 2013.

\_\_\_\_\_. **Gestão escolar democrática**: definições, princípios, mecanismos de sua implementação. Escola de gestores da educação básica. UFG. 2012b. Disponível em <[http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala\\_politica\\_gestao\\_escolar/pdf/texto2\\_1.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_1.pdf)>. Acesso em 28 mai 2013.

TABORDA, C. R. B. **Conselho escolar como unidade executora**: padronização e nova atribuição. 2009. Disponível em < <http://www.ie.ufmt.br/semiedu2009/gts/gt11/ComunicacaoOral/CLEUZA%20REGINA%20BALAN%20TABORDA.pdf>>. Acesso em 27 mai 2013.

**ANEXO: Projeto Político Pedagógico**





**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL  
LUCINDA FERNANDES MADEIRA**

**MYRIAM CIBELE DE CASTRO**

**NEUZA LIMA OLIVEIRA SOUZA**

**BELO HORIZONTE**

**2013**

**MYRIAM CIBELE DE CASTRO**

**NEUZA LIMA OLIVEIRA SOUZA**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL  
LUCINDA FERNANDES MADEIRA**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Wilma A. S. Luna do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE, 2013**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	03
1.FINALIDADE DA ESCOLA .....	05
2.ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....	06
3.CURRÍCULO .....	12
4.TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES .....	14
5.PROCESSOS DE DECISÃO.....	16
6.RELAÇÕES DE TRABALHO .....	18
7.AVALIAÇÃO .....	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	22
REFERÊNCIAS .....	23

## INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Lucinda Fernandes Madeira, situada à Rua Acesita, 70 – Vila Formosa, Ipatinga – MG, Telefone: 3829-8350, de acordo com a Lei Municipal 52/67, a escola rural do bairro de Formosa passa a ser chamada de Escola Municipal Lucinda Fernandes Madeira em 02 de maio de 1967.

A escola faz parte do Sistema Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Ipatinga, nível de ensino fundamental do 1º ao 5º ano, organizada em Ciclos de Formação Humana, onde o 1º ciclo atende crianças de 6 a 8 anos e o 2º ciclo de 9 a 10 anos. Funciona em dois turnos - Matutino de 07:00 às 11:00 horas e Vespertino de 13:00 às 17:00 horas, atendendo em média 300 crianças com faixa etária de 06 a 10 anos em 12 turmas. Possui 24 (vinte e quatro) funcionários na área pedagógica e 08 (oito) funcionários na área administrativa. A equipe diretiva é composta por: Neuza Lima Oliveira Souza – Diretora, Myriam Cibele de Castro – Vice-diretora e Carolina Machado Oliveira Martins – Coordenadora Pedagógica.

A maioria dos alunos é oriunda dos bairros vizinhos. Devido à distância de alguns destes bairros é necessário que os alunos utilizem o transporte escolar fornecido pela prefeitura. Estas comunidades possuem um nível socioeconômico baixo e têm como consequência um alto índice de dengue, escabiose, crises alérgicas e outras que interferem na assiduidade dos educandos.

Em sua maioria tem estrutura familiar diferente da nuclear. São famílias formadas por vários casamentos, muitas das vezes matriarcais (a mãe assume a casa). Alguns alunos possuem pais com problemas de saúde grave, violência e alcoolismo. Em sua maioria são trabalhadores assalariados de pouca escolaridade ficam grandes períodos fora de casa, o que lhes impede de dar suporte nas tarefas de casa de seus filhos. As atividades culturais da comunidade são ligadas a igrejas ou a escola, sua comunidade religiosa se divide entre católicos e protestantes.

Em sua maioria são assíduos e pontuais, mas ainda temos poucos alunos que apresentam um índice de infrequência esporádica e atrasos na entrada do turno. Nota-se uma grande dificuldade dos alunos em realizar tarefas extraescolares, pois se percebe a falta de hábito de estudo e acompanhamento por parte da família.

A participação da comunidade nos trabalhos desenvolvidos pela escola é de cerca 70%, mas a escola tem por objetivo aumentar esta porcentagem de participação dos pais, pois sabe-se que eles são nossos principais parceiros.

Para a construção deste Projeto Político Pedagógico foram feitas observações do cotidiano da escola, entrevista informal com os funcionários e alunos da escola buscando saber qual é a finalidade da escola, que cidadãos queremos formar. Durante inúmeras discussões fizemos levantamento de dados, elaboração de questionários e consolidados para fazer o perfil da escola e sua clientela. Foram traçadas metas e objetivos buscando promover uma aprendizagem de qualidade. O grupo se reunia mensalmente e também durante as coordenações pedagógicas semanais que são momentos de planejamento de atividades e também de estudo e pesquisa. Houve uma boa participação ao longo de todo o processo de construção.

O processo de construção e implementação do projeto político pedagógico, como um instrumento de gestão democrática, para não cair num vazio, não pode prescindir da participação ativa dos atores locais: a comunidade escolar, através de práticas que considerem e se adaptem às especificidades de cada escola e à sua cultura, manifestas nos ritos e práticas dantes mencionados e na consideração da origem dos mesmos. (AZEVEDO, Janete M.L, 2010)

O Projeto Político Pedagógico avalia o processo de formação dos educandos, a intervenção do professor, o currículo, a função social e cultural da escola, a fim de identificar os avanços e as dificuldades, levando em consideração as causas e fatores. Ele estará sempre sujeito a aperfeiçoamentos ou correções e aberto a novas prioridades substituindo objetivos já alcançados.

## **1- FINALIDADES DA ESCOLA**

A Escola Municipal Lucinda Fernandes Madeira tem como missão promover ao educando uma educação de qualidade, onde ele possa assimilar conhecimentos dos conteúdos básicos, desenvolvendo suas competências, capacidades, habilidades, atitudes e valores para que ele seja capaz de conviver, interagir com os outros em cooperação, através da ação mediadora dos professores e pela organização e gestão da escola na busca de uma sociedade mais justa.

Os valores morais que devem nortear os princípios da escola são considerados importantes por todos os elementos da unidade e o clima da organização é mais ameno possível, as diferenças de ideias e pensamentos podem e devem existir, porém opiniões divergentes são respeitadas e levadas em consideração. Daí a construção dos princípios éticos de todos os segmentos escolares são baseados em: equidade, autonomia, respeito, tolerância, compromisso e cooperação.

Busca-se fazer uma educação onde o aluno possa assimilar conhecimentos dos conteúdos básicos, desenvolvendo suas competências, habilidades, atitudes e valores para que ele seja capaz de conviver e interagir com os outros em cooperação, respeitando as diferenças.

A gestão pedagógica da escola é feita de forma compartilhada e participativa. A escola busca discutir, juntamente com a comunidade escolar, os seus problemas e busca soluções para garantir ao aluno uma formação capaz de torná-lo um cidadão crítico e atuante na sociedade em que está inserido. Envolve toda a equipe nos trabalhos pedagógicos, buscando sempre ações coletivas que garantam a aprendizagem dos alunos. Valoriza todos os profissionais da escola, destacando seu papel fundamental de apoio no trabalho educativo. Oferece condições para que os professores e demais funcionários sintam-se motivados a desempenhar um bom trabalho.

## **2- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

### **2.1 – Estrutura Organizacional Administrativa**

A equipe diretiva é formada por um diretor e um vice-diretor, com carga horária de 08 (oito) horas diárias, eleitos pela comunidade escolar e nomeados pelo prefeito que valida o resultado da eleição.

São algumas das funções da equipe diretiva:

- Gerenciar as atividades administrativas e pedagógicas da unidade de ensino, empenhando-se na execução de uma proposta de trabalho integrada à comunidade e condizente com as necessidades da mesma, visando alcançar um melhor aproveitamento da unidade, enquanto espaço de construção do saber e formação da consciência crítica;
- Cumprir determinações superiores e as constantes no regimento escolar e as normas internas da unidade;
- Cumprir os princípios da gestão democrática;
- Coordenar a construção e a execução do Projeto Político Pedagógico da unidade de ensino;

O quadro pedagógico da escola é composto de um coordenador pedagógico e 12 (doze) professores regentes, 01 (um) professor de Inglês, 01 (um) professor de Ensino Religioso, 02 (dois) professores de Educação Física, 01 (um) professor de Artes, 02 (dois) professores de Atendimento Educacional Especializado (AEE), 02 (dois) Auxiliares de Biblioteca, 02 (dois) Professores Auxiliares.

Os docentes cumprem uma carga horária de 16 (dezesesseis) aulas de aproximadamente 55 (cinquenta e cinco) minutos em sala de aula e 04 (quatro) aulas de coordenação pedagógica na escola. Todos os 23 (vinte e três) professores têm formação de nível superior. Destes, 20 (vinte) professores são efetivos e 03 (três) professores são contratados.

Compete aos docentes:

- Participar da elaboração, implementação e revisão do Projeto Político Pedagógico;
- Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica da escola;
- Zelar pela aprendizagem dos alunos;

- Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Planejar, executar, avaliar, registrar as intenções educativas, numa perspectiva coletiva e integradora, a partir dos alunos e do plano pedagógico da escola;
- Participar da elaboração e cumprir o plano de trabalho, segundo proposta pedagógica da Secretaria Municipal de Ensino;

Compete ao coordenador pedagógico:

- Ser responsável pela dinamização do processo educativo promovendo e assessorando as atividades de natureza técnica-científica e pedagógica em ação integrada com a comunidade escolar;
- Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico;
- Acompanhar e orientar o trabalho docente, visando à melhoria da qualidade do processo ensino aprendizagem;
- Coordenar os momentos de planejamento dos educadores, colaborando na organização de projetos, na seleção de material de apoio, objetivando a eficiência da prática pedagógica;

Na secretaria temos apenas um auxiliar de secretaria, com carga horária de 06 (seis) horas diárias cumpridas no período vespertino. A escola está sem Secretário, pois o mesmo foi demitido pela prefeitura.

São algumas atribuições do auxiliar de secretaria:

- Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico;
- Organizar e manter atualizado os arquivos ativo e inativo da unidade de ensino;
- Responsabilizar-se pela matrícula dos alunos, conferindo documentos;
- Redigir atas, ofícios, avisos e outros documentos;
- Expedir históricos escolares;



Na cantina da escola trabalham 02 (duas) cantineiras e 02 (duas) auxiliares de cozinha preparando a merenda para os alunos, que é supervisionada diariamente pela vice-diretora e mensalmente pela supervisora da Prefeitura Municipal de Ipatinga. O cardápio é definido por uma nutricionista, observando as condições climáticas. A limpeza da escola é feita por 02 (duas) auxiliares de serviços gerais que fazem a limpeza das salas, pátio, quadra e banheiros.

São algumas atribuições dos auxiliares de serviços:

- Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico;
- Manter em perfeitas condições de higiene os equipamentos, utensílios e ambientes próprios para a preparação, distribuição e consumo da merenda.
- Preparar e distribuir a merenda dos alunos, orientando quanto à higiene e ao bom aproveitamento dos mesmos;

A parte física da escola conta com seis salas de aula, uma sala onde funciona a biblioteca e vídeo, uma sala onde funciona o laboratório de informática e AEE – Atendimento Educacional Especializado, uma sala para a equipe diretiva, uma sala para a secretaria, uma cantina, uma sala para os professores, um cômodo para estoque de merenda, um cômodo para guardar materiais didáticos, materiais de limpeza e de educação física, uma quadra coberta pequena, três banheiros para funcionários, dois banheiros para os alunos, sendo masculino e outro feminino, onde existe adaptação para alunos com necessidades especiais.

O mobiliário das salas de aula é inadequado para alunos do 1º ano e 2º ano do Ensino Fundamental. A escola não tem refeitório e os alunos merendam no pátio. O espaço físico da escola é muito pequeno o que nos impede de receber novos alunos. Toda a parte física da escola está muito desgastada. Paredes necessitando de pintura nova, pisos necessitando de reparos, armários danificados e insuficientes.

A Escola Municipal Lucinda Fernandes Madeira recebe verbas do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE e do município, através do Convênio PMI (Prefeitura Municipal de Ipatinga). Os recursos são repassados diretamente para as contas do Caixa Escolar que são duas, uma para cada programa. Ao receber os recursos dos convênios a escola deve observar a que ele se destina, os percentuais definidos, o valor, o prazo de vigência e a prestação de contas.

Estas verbas têm a finalidade de suprir as necessidades da escola durante o ano, sendo utilizadas para realizar pequenos reparos, compras de equipamentos, materiais didáticos e de limpeza.

Para a utilização desses recursos, a Caixa Escolar faz um Plano de Trabalho definindo sua aplicação. Esse plano é elaborado coletivamente, incentivando a participação da comunidade escolar nas decisões da escola, levantando as necessidades e definindo as prioridades. Em reunião lavrada em ata, o Plano de Trabalho é apresentado ao Conselho Escolar para a sua apreciação e aprovação.

## 2.2 – Estrutura Organizacional Pedagógica

A escola tem 300 alunos matriculados e freqüentes.

As turmas foram organizadas desta forma:

### TURNO MATUTINO

- 3º ano  
108A - 25
- 4º ano  
209A - 24  
209B - 24  
209C - 24
- 5º ano  
210A – 25  
210B – 25

As turmas do 3º ano são atendidas pelo Professor Regente, um Professor de Educação Física, um Professor de Artes e um Auxiliar de Biblioteca. As turmas de 4º e 5º ano são atendidas pelo Professor Regente, um Professor de Educação Física, um Professor de Inglês e um Auxiliar de Biblioteca.

### TURNO VESPERTINO

- 1º ano  
106A – 26  
106B - 26
- 2º ano  
107A - 26  
107B - 25
- 3º ano  
108B – 25  
108C – 25

As turmas do 1º, 2º e 3º ano são atendidas pelo Professor Regente, um Professor de Educação Física, um Professor de Artes e um Auxiliar de Biblioteca.

A escola visa proporcionar uma aprendizagem com significado para o aluno, com utilização de estratégias variadas e sempre planejando e replanejando suas ações. Utiliza-se da Proposta Curricular instituída pela Secretaria Municipal de Educação, adaptando de acordo com a realidade e necessidade dos educandos, considerando sua formação como um todo.

### 3- CURRÍCULO

A escola procura promover o desenvolvimento do aluno de forma completa, preparando-os culturalmente para compreenderem e atuarem na sociedade da qual fazem parte, conhecendo seus direitos e deveres.

Busca-se uma prática pedagógica focada em desfragmentar as diferenças entre as disciplinas curriculares visando uma construção coletiva do conhecimento que seja abrangente, produtiva e duradoura.

A busca de currículos escolares mais pluridisciplinarizados pode ser vista como a busca de uma prática do diálogo entre as diferenças. Por mais obstáculos que se possam encontrar no estabelecimento e no aperfeiçoamento dessa prática, nossas dificuldades serão nossas, isto é, não estarão na esfera epistemológica, não estarão do "lado de fora", nas disciplinas. (Veiga-Neto, 1996)

O currículo deve levar em conta o contexto social no qual a escola está inserida e é de fundamental importância que a equipe escolar conheça a comunidade local e seus anseios. As características de desenvolvimento da criança devem ser levadas em consideração na hora de se construir o currículo.

As matrizes de referência descrevem o objeto da avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e a PROVA BRASIL. Elas são um referencial curricular mínimo a ser avaliado em cada disciplina e ciclo, informando as competências e habilidades esperadas dos alunos. As matrizes foram construídas a partir de uma consulta nacional aos currículos propostas pelas Secretarias Estaduais de Educação e por algumas redes municipais, mas tem também por referência os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Cada matriz de referência apresenta tópicos ou temas que, com descritores, indicam as habilidades de língua portuguesa e de matemática a serem avaliadas. O descritor é uma associação entre conteúdos curriculares e operações mentais desenvolvidas pelo aluno que traduzem certas competências e habilidades. Essa associação apresenta um resultado que é a matéria-prima a partir da qual é possível elaborar um item de prova. As respostas dadas pelos alunos a esses itens possibilitam a descrição do nível de desempenho por eles atingido. A partir daí, é dado conhecer o desempenho dos sistemas de ensino.

A preocupação com a articulação interna entre descritores e itens das provas, com vista à sua coerência e a sua consistência, foi determinada pelo objetivo de avaliar com mais rigor o que os alunos realmente sabem e o que lhes falta alcançar a cada etapa conclusiva de nível ou ciclo de escolarização. (Matrizes de referência, tópicos e descritores – PROVA BRASIL, 2007)

Trabalhamos com um currículo básico comum que está contido nas diretrizes e nos parâmetros curriculares, mas que também é construído na nossa realidade diária, observando as necessidades, as individualidades e as peculiaridades dos educandos. Ele é focado na busca pela educação de qualidade para todos e orienta a ação dos docentes.

## 4- TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A escola faz parte do Sistema Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Ipatinga, nível de ensino fundamental do 1º ao 5º ano, organizada em Ciclos de Formação Humana, onde o 1º ciclo atende crianças de 6 a 8 anos e o 2º ciclo de 9 a 10 anos.

A escola funciona em dois turnos com a carga horária de 4 horas diárias. O turno matutino, de 07h00 às 11:00 horas, atende crianças do 1º e 2º ciclo. São 1(uma) turma de 3º ano, 2 (duas) turmas de 4º ano e 2 (duas) turmas de 5º ano. No turno vespertino, de 13:00 às 17:00 horas, atende crianças do 1º ciclo. São 2 (duas) turmas de 1º ano, 2 (duas) turmas do 2º ano e 2 (duas) turmas de 3º ano.

O planejamento na escola é feito coletivamente onde os diversos atores do processo ensino-aprendizagem extrapolam os limites das salas de aula, comprometidos com a transformação social, pensando no educando como um ser completo.

O plano anual de curso, uma exigência da LDB/96 (art. 12, II), é feita de forma coletiva com todos os professores da rede municipal e integrantes da Secretaria Municipal de Educação. Testemunha a competência do professor para selecionar e apresentar conteúdos e as habilidades didáticas para: selecionar e criar materiais instrucionais, eleger competências e habilidades que os alunos deverão desenvolver, programar situações didáticas de aprendizagem (organização e roteirização de tarefas individuais e em grupo), programar situações que desafiem os alunos, para que os mesmos possam desenvolver suas capacidades de argumentação e também testemunhar a competência do professor para especificar a metodologia utilizada para avaliar o desempenho e atitudes do alunos em sala de aula. Todos os professores referênciam e de áreas possuem seus planos anuais de curso e os utilizam em seu plano de aula.

O plano de metas bimestral é realizado com os docentes e a equipe diretiva repensando as ações estruturais da escola. Tem como finalidade a busca do aperfeiçoamento ou melhoria do ensino através de instrumentos variados de observação e avaliação do processo ensino-aprendizagem.

Para atender as metas propostas é feito um trabalho diferenciado com alunos com dificuldade de aprendizagem. A recuperação destes alunos se dá através do

Atendimento Educacional Especializado (AEE) E CENAM (Centro de Atendimento Multidisciplinar) e também através de oficinas pedagógicas.

O atendimento no AEE – Atendimento Educacional Especializado é oferecido no contra turno para os alunos com dificuldades de aprendizagem e prioritariamente aqueles que possuem PDI (Plano de Desenvolvimento Individual). Funciona de segunda a quinta-feira e os alunos frequentam, no mínimo, duas vezes na semana por um período de duas horas.

Os alunos que freqüentam o CENAM (Centro de Atendimento Multidisciplinar) são atendidos em outra escola, no contra turno, de segunda a quinta-feira. Utilizam transporte coletivo gratuito, exclusivamente para esse fim, oferecido pela Prefeitura Municipal de Ipatinga.

As oficinas pedagógicas são desenvolvidas pelos docentes e seus apoiadores (Auxiliar de biblioteca e Professor Auxiliar) ao longo do processo ensino-aprendizagem, dentro do horário de aulas, na biblioteca.

As aulas de Ensino Religioso não são obrigatórias e são oferecidas para o aluno que requerer a sua matrícula, no contra turno com duração de 55 minutos, uma vez por semana.

A carga horária do professor regente é de 16 horas aula e 5 horas e 40 minutos de hora atividade de coordenação pedagógica.

A escola ainda não participa do Programa Mais Educação.

O planejamento semanal é feito em conjunto pelos professores do mesmo ciclo, em sua coordenação, com a assessoria da coordenadora pedagógica.

Por se tratar de uma escola com espaço físico reduzido, utilizamos a biblioteca também como espaço onde são realizadas as oficinas pedagógicas, aulas de literatura, sala áudio visual e também para reuniões de pais e Assembleia do conselho Escolar. A sala dos professores é utilizada como espaço para lanche e de coordenação.



## 5- PROCESSOS DE DECISÃO

A gestão da escola é feita por uma equipe composta por: Diretor, Vice-Diretor e Coordenador Pedagógico. A escolha desta equipe é feita através de um processo de consulta à comunidade escolar observando critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação.

A escola busca discutir, juntamente com a comunidade escolar, os seus problemas e busca soluções para garantir ao aluno uma formação completa. Envolve toda a equipe nos trabalhos pedagógicos, buscando sempre ações coletivas que garantam a aprendizagem dos alunos. Valoriza todos os profissionais da escola, destacando seu papel fundamental de apoio ao trabalho educativo. Oferece condições para que os professores e demais funcionários sintam-se motivados a desempenhar um bom trabalho.

Busca-se através da gestão democrática, meios possíveis para que a escola ofereça melhores condições de aprendizagem aos educandos, promovendo uma educação de qualidade social onde todos os sujeitos envolvidos sejam contemplados em seus direitos e necessidades.

A participação consciente de todos nas decisões referentes à elaboração e execução Projeto Político Pedagógico da escola, garante resultados significativos. Repercute na vida da escola, modifica relações e influencia positivamente o processo de tomada de decisões.

Compartilhar decisões significa envolver pais, alunos, professores, funcionários e outras pessoas da comunidade na administração escolar. Quando as decisões são tomadas pelos principais interessados na qualidade da escola, a chance de que deem certo é bem maior. (Ação Educativa, 2004)

A escola busca fortalecer a relação Escola X Família, trabalhando em parceria. Está sempre aberta aos pais para participarem da vida escolar do seu filho, dando sugestões, apontando problemas, participando na tomada de decisões e na elaboração do Projeto Político Pedagógico.

A escola possui um Conselho Escolar, com funções consultiva e deliberativa de apoio técnico-administrativo e pedagógico que tem como objetivo principal a democratização do Sistema de Ensino, através da participação da comunidade escolar.

O Conselho de Classe, constituído por todos os professores, coordenador e equipe diretiva, se reúne bimestralmente, com o objetivo de analisar o aproveitamento global e individualizado das turmas, traçando metas para sanar as dificuldades identificadas.

## 6- RELAÇÃO DE TRABALHO

A escola procura evoluir na busca de valores compatíveis com as necessidades de sua clientela, oferecendo uma administração democrática e incentivadora da participação de toda comunidade escolar. Procurando sempre por diversos meios e recursos possíveis desenvolver o interesse dos pais pela vida escolar de seus filhos.

As relações entre família e escola serão permanentemente favorecidas, pois percebe-se que uma democratização da escola que seja real e ampla abrange os pais de seus alunos, fato que comprovadamente influencia diretamente no resultado da escola como um todo.

Tudo que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente. (Pedagogia da Autonomia, 1996)

Observa-se um distanciamento entre a comunidade e a escola no que se refere a uma participação efetiva e isso se reflete também no não cumprimento das obrigações básicas dos pais para com a mesma.

Deve-se tentar solucionar esta questão, pois a eficácia ou eficiência da gestão é fruto também da integração escola e comunidade trabalhando juntos pelos mesmos objetivos, que resultarão na promoção do desenvolvimento individual e coletivo, suscitando assim novas aprendizagens.

A relação entre os alunos da escola é pautada pela solidariedade. Baseia-se na amizade, companheirismo e pela afinidade originadas pelo convívio social constante, que vai além dos muros da escola, frequentam os mesmos espaços de convivência. A relação entre professor, aluno e demais funcionários baseia-se no respeito e na participação coletiva, favorecendo o diálogo.

Realiza-se rotineiramente conversas com os profissionais da escola visando um convívio harmonioso onde todas as decisões são tomadas coletivamente para que haja sempre engajamento e comprometimento de todos no processo educativo. Visto que respeitar a diversidade humana é um dos princípios da gestão democrática e participativa.

Os docentes fazem todos os cursos de formação oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação e fizemos a inscrição de todos no Plano de Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica oferecidos pelo MEC. Incentivamos todos para que assim possam aprimorar e desenvolver suas habilidades e competências para que a escola promova uma educação de qualidade.

O desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico almeja garantir que a escola atinja seus objetivos apesar de toda essa complexidade e o principal deles é a promoção efetiva da aprendizagem dos alunos.

## 7- AVALIAÇÃO

A escola trabalha com uma avaliação contínua e sistemática, sendo um instrumento pelo qual se busca identificar paralelamente ao longo do processo o que e como os alunos estão aprendendo, mas com a participação de todos os atores. Avalia-se o processo ensino-aprendizagem, o desempenho dos alunos e quais fatores interferem em seu desenvolvimento.

Deve-se avaliar também o processo de formação dos educandos, a intervenção do professor, o currículo, a função social e cultural da escola, identificando quais as dificuldades e avanços, levando em consideração as causas e fatores, redimensionando a prática pedagógica e envolvendo os profissionais da escola, a família dos educandos e a Secretaria Municipal de Educação. Isso é feito em encontros com os professores, em reuniões de pais e através de observação constante no dia a dia da escola.

Essa atitude lhe permitirá se necessário, repensar e modificar sua atuação, a fim de garantir o progresso efetivo de cada aluno. Isso porque nem sempre o insucesso do aluno se deve apenas a falta de interesse e vontade de estudar.

Para alcançar esse duplo objetivo-avaliar o progresso individual dos alunos e a eficácia dos procedimentos docentes, exige-se um processo de avaliação continuada, que se concretizará por meio de observação e registros periódicos do trabalho diário com o aluno. Além dessas avaliações pode-se também incentivar a auto avaliação, ela oferece ao aluno oportunidade de observar a si mesmo, fazendo com que ele pense, fale sobre o que estudou, o que aprendeu e quais os pontos que ainda apresenta dificuldade. Existem avaliações por meio de outras atividades tais como: trabalhos de pesquisa, relatórios ou exposições, além das realizadas pelo professor como a observação diária da participação e interesse de cada aluno, suas ideias e opiniões emitidas, a cooperação para com o grupo e a capacidade de solucionar problemas propostos ou surgidos. As avaliações permitem ao professor a percepção da evolução de seus alunos na aprendizagem e na identificação dos que apresentam dificuldades ao longo do processo.

O registro das avaliações dos alunos é feito no portfólio do professor e no diário de classe. Os pais recebem as avaliações corrigidas e o boletim no final de cada bimestre com o consolidado das notas.

A escola participa de avaliações externa da rede Municipal, Estadual e Federal.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Acredita-se que este Projeto Político Pedagógico está coerente com a filosofia da escola e engloba com clareza as propostas pedagógicas dessa instituição. Espera-se que os objetivos educacionais sejam garantidos e que a escola esteja sempre atenta aos novos desafios trabalhando em conjunto com o grupo cultural e social em que está inserida.

Para tanto conta-se com a colaboração e com o compromisso dos atores envolvidos no processo contínuo e constante rumo à construção de uma escola de qualidade para todos. Com o propósito de oferecer uma educação inovadora e conectada com as expressões contemporâneas da nossa clientela cujos hábitos e estilos de vida mudam constantemente.

Dessa forma entende-se que uma gestão democrática deve buscar o desenvolvimento das construções coletivas, coordenando todos os propósitos rumo à execução das metas legitimadas pela comunidade escolar. Visto que a construção do conhecimento faz-se no convívio social, e este deverá ser harmônico e produtivo facilitando as interações necessárias para que a articulação das atividades curriculares da escola possa fluir com desenvoltura durante todo o processo educacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar.** Disponível em:  
<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/90/moddata/data/4424/5217/22923/jamilcury.pdf> Acesso em: 08/05/2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola.** Disponível em:  
<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/90/moddata/data/4424/5217/22923/jamilcury.pdf> Acesso em: 08/05/2013.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira. **A Organização do Tempo Escolar: séries ou ciclos? Para além do senso comum.** Disponível em:  
[http://www.unirio.br/cch/neephi/textos/texto\\_IV\\_coloquio\\_LUSO\\_2008.pdf](http://www.unirio.br/cch/neephi/textos/texto_IV_coloquio_LUSO_2008.pdf) Acesso em: 05/02/2013

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** 1996. Editora Paz e Terra

GONÇALVES, Jussara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. **GESTÃO ESCOLAR E O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO.** Disponível em:  
[http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/Gestao\\_Escolar.pdf](http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/Gestao_Escolar.pdf). Capítulos 2 , 3 e 4. Acesso em: 05/02/2013.

**Indicadores da Qualidade na Educação.** Ação Educativa. São Paulo, Fevereiro 2004. Unicef, PNUD, Inep-MEC. Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce\\_indqua.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_indqua.pdf) Acesso em 08/05/2013.

MADEIRA, Escola Municipal Lucinda Fernandes. **Projeto Político Pedagógico.** Ipatinga, 2008.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa.** Disponível em:  
<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/90/moddata/data/4424/5217/22922/moreira.pdf> Acesso em 08/05/2013.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). **Níveis do planejamento educacional.** Disponível em: [http://www.ufpe.br/ceadmoodle/file.php/1/coord\\_ped/sala\\_3/arquivos/Niveis\\_de\\_Planejamento\\_educacao\\_texto1.pdf](http://www.ufpe.br/ceadmoodle/file.php/1/coord_ped/sala_3/arquivos/Niveis_de_Planejamento_educacao_texto1.pdf). Acesso em: 05/02/2013

**Regimento Escolar.** Prefeitura Municipal de Ipatinga. 2007.

VEIGA-NETO, Alfredo José. **Currículo, Disciplina e Interdisciplinaridade.** 1996. Disponível em: [www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias\\_26\\_p105-119\\_c.pdf](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_26_p105-119_c.pdf) Acesso em 08/05/2013.